



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Lippi) - Eu concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu solicito que V.Exa. agregue ao meu tempo de inscrição o tempo de Líder, pelo PMDB. Eu falo pelo PMDB, representando o nosso Líder Deputado Baleia Rossi.

Quero realmente agradecer o trabalho grande e intenso que aconteceu aqui com o nosso Relator, Deputado Rogério Marinho, e com toda a assessoria.

Parabéns à Mesa!

Eu estou há 20 anos nesta Casa e nunca vi uma Comissão trabalhar tanto em tão pouco tempo e obter resultado. As audiências realmente até atropelaram a agenda da Casa, Deputado Vitor Lippi, porque nós tínhamos as horas de votação, as horas de reuniões, mas praticamente todos os dias que estávamos aqui, nas terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, ocorria uma audiência pública nesta Comissão. O Deputado Vitor Lippi acompanhou bem esse processo e sabe, como nós que estamos aqui sabemos, que foi feito um trabalho imenso.

Foram ouvidas muitas pessoas. Nós ouvimos aqui prioritariamente representações do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, de juízes do trabalho, de desembargadores do trabalho, o Ministro do Trabalho, que defenderam, na sua maioria, a sua classe, o corporativismo, como ficou bem claro aqui, a maioria desses. E outros foram convidados. Com certeza, estiveram aqui por solicitação e requerimento da Oposição. Nós os ouvimos, o Governo os ouviu.

O Deputado Rogério Marinho, com a sua capacidade e a sua paciência, trabalhou muito nesse relatório e registrou claramente o número de pessoas ouvidas, de audiências realizadas e do trabalho que foi feito aqui. Finalmente, apresenta o que é o relatório do Brasil real. Esse é o relatório de que nós precisávamos.

E até fazemos um desafio aos Srs. Deputados. Eu, agora de manhã, estava fazendo um debate com um Deputado do PSOL, que dizia que era contra o parcelamento das férias. A repórter que estava nos entrevistando, no debate, dizia que era a favor. O Deputado dizia que era contra, e ela dizia que era a favor. Então, vamos ouvir o que quer quem realmente trabalha. Nós temos que ouvir o trabalhador. Ele é que tem que dizer o que quer e o que não quer, e não o sindicato,



a representação, o político, a ideologia. Cada um vai realmente dizer o que é a sua realidade.

Eu anotei aqui alguns pontos. Com certeza, no substitutivo, que será elaborado no prazo de cinco sessões, vão aparecer muitas emendas, muitas propostas ao relatório, mas muitas coisas que estão no relatório dizem respeito a pedidos de emendas de Deputados. Pudemos ver isso no quadro, de forma bem clara.

Quero agradecer a aprovação da nossa sugestão, assim como a aprovação das sugestões de outros Deputados nas muitas emendas, porque isso foi feito de forma muito democrática. Infelizmente, talvez não tenha havido a contribuição necessária da Oposição, que certamente poderia ter enriquecido esse relatório. Não o fizeram. Têm as suas razões. Muitos contestaram, dizendo que a CLT não poderia ser alterada, sempre baseados no discurso de que estamos tirando os direitos trabalhistas.

Na minha viagem de vinda a Brasília, eu tive a paciência de trazer uma Constituição Federal e ler o art. 7º. Sinceramente, eu já o tinha lido *en passant*, mas parei para ler atentamente. Recomendo a todos os Deputados que o façam. Todas as garantias trabalhistas estão na Constituição brasileira. Isso é constitucional. E aqui, nesse projeto, não há nada que mexa com a Constituição brasileira, nada, absolutamente nada! Nós mexemos com a CLT, nós modernizamos a CLT — e é preciso que se faça isso —, e muitas coisas ainda precisamos mudar. Mas nós ainda temos cinco sessões para enriquecer esse relatório.

Eu anotei algumas coisas. Vou mencionar as que considero importantes, de acordo com o tempo que tenho. Concordo com o relatório e vou trabalhar junto aos Deputados para que o aprovelem.

Há a questão da garantia do trabalhador que tem a solidariedade dos direitos trabalhistas e dos direitos previdenciários quando porventura não receber de uma terceirização que o contratou. Quem contrata o trabalho é solidário, se este não for pago ou se não forem cumpridos os direitos trabalhistas, etc.

Nas indústrias e nas fábricas, vejo que há a questão dos 5 minutos anteriores ou posteriores ao horário de trabalho. Se um trabalhador perde o *time*, a hora certa de fazer o seu registro no ponto, esse tempo é considerado ou hora extra ou perda



de salário. Estão sendo dados a ele 5 minutos de tolerância para que possa fazer o registro. Qualquer situação que ocorrer na hora, como chuva, trânsito, fila, etc., estará resolvida. Acho que nós tínhamos que pensar nesse assunto, que é muito sério.

As súmulas deixam de ser consideradas leis. Nós vamos ter uma lei, finalmente.

A convenção coletiva é respeitada. E nessa convenção coletiva, diz-se ali bem claro o que pode ou não. Direitos trabalhistas não entram em negociação. Entram somente outras áreas em que se pode negociar, inclusive com vantagens para o trabalhador.

Há as multas para quem não faz o registro. Há multa de 3 mil reais e outras.

Falo da questão do *in itinere*. O empregador tem que pagar desde a hora em que o empregado sai de casa até a hora em que chega à empresa, ou seja, a ida e a volta. Só nas áreas relacionadas à agricultura isso acontece. Na cidade, isso não acontece. Essa ação tem que ser feita pelo poder público, que não o faz. Quando o empregador vai transportar esse trabalhador, tem que pagar as horas em que este fica no caminho, seja lá onde estiver. Há isso também.

O tempo parcial — 30 horas mais 6 horas — e a compensação de horas semanais são uma necessidade. O trabalhador quer isso. Ele quer ter férias parceladas em três vezes. Muita gente quer isso, mas é uma opção. Se não quiser, tira férias de 30 dias. Se quiser, tira férias parceladas.

O banco de horas é algo que precisamos regulamentar.

O acordo 12 horas por 36 já existe hoje. Praticamente todas as polícias do Brasil fazem isso, e está colocado na lei.

Sobre o teletrabalho, praticamente não há legislação hoje. E a Internet é a nossa ferramenta moderna. Está-se regulamentando.

Há a questão do dano extrapatrimonial, que é moral. Está-se penalizando quem não respeitar.

Há também a questão do aprendiz. Hoje está sendo exigido um percentual para cota de menores aprendizes. Por exemplo, uma empresa de transporte que tem 1.000 motoristas e 10 funcionários na área burocrática teria que computar 1.010



na proporção para aprendiz. Ora, o aprendiz normalmente é menor de idade e não pode dirigir veículos. Por isso, tem que haver um percentual específico.

O autônomo pode exercer o seu trabalho na hora que quiser, pode programar seu horário de trabalho. Isso ocorre no mundo inteiro. Se tenho tempo, escolho a hora em que posso trabalhar.

Há o contrato individual e o contato intermitente. É o caso da agricultura. Se há uma colheita sazonal e o agricultor precisa de um profissional por 30 dias, não vai contratar uma pessoa por 1 ano inteiro. Isso é custo, é inviabilidade de competitividade. Ele pode sim trazer esse trabalhador, pagar-lhe os direitos, e este pode trabalhar em outra propriedade.

Também há a questão do emprego de nível superior. Por que não? Nós temos um problema com a falta de médicos nas Prefeituras. Os Prefeitos dizem que não podem pagar um médico, porque o Município é pequeno e o salário dos médicos é 30 mil reais por mês. Ora, por que não podem contratar especialistas para trabalharem um dia por semana lá nos seus Municípios, fazendo um acordo em que realmente não vão se incomodar depois com a questão trabalhista?

Há também essa questão de representante para fazer a arbitragem. Ele será eleito representante para defender os empregados. Já temos isso. O CADEC, na área de agricultura, tem representantes de agricultores e das empresas para discussão das relações de trabalho e de seus problemas. Só em última instância se judicializa o processo.

Sobre a contribuição prévia do sindicato, ele não está proibindo. Ele está dando opção para quem queira ou não contribuir. Acho que nós temos que discutir, sim, essa questão, porque entendo que a um sindicato bom e eficiente qualquer um vai querer se sindicalizar, não sendo obrigado a fazer isso. É uma discussão que nós temos que fazer de forma aprofundada, como aqui foi sugerido. E os sindicatos têm que se manifestar, sim. Eu vejo uns serem a favor, outros contra. Uns querem, outros não querem. Eu ouvi aqui Deputados do PT dizerem que são contra a contribuição compulsória. Sindicatos de empregadores dizem que são favor. Então, nós temos que discutir isso.

Antes de encerrar, vou tratar da questão da Justiça. Eu acho que a sucumbência solidária é algo que nós precisamos implantar no Brasil. Não é



possível acontecer o que está acontecendo. Outras instâncias da Justiça têm 9% de processos, e 52% dos processos vão para a área do Direito do Trabalho. Nós temos que retirar da judicialização esse processo trabalhista e dar razão para quem tem. Precisamos fazer com que os contratos trabalhistas sejam iguais a qualquer outro contrato. Ele deve ser um instrumento jurídico perfeito. Quando se encerra o contrato, as partes se acertam, os valores devidos são pagos ao contratado e ao contratante, conforme tenham direito, e está resolvido.

Na área trabalhista, isso não acontece. Quando um trabalhador é demitido, tem 2 anos para buscar seus direitos, e muitas vezes o advogado leva o trabalhador a buscar a Justiça com provas que não existem. Nós precisamos acertar isso para que haja responsabilidade e transparência no processo judicial, e para que o Brasil possa seguir adiante.

Sabemos que a Justiça do Trabalho está sobrecarregada. Não tem como atender, nem como contratar mais gente. Isso vai resolver o problema da Justiça, que hoje está assoberbada de processos.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos a participação e pedir desculpas, se me excedi em alguma discussão com os colegas.

Acho que estamos caminhando. Temos ainda cinco sessões para discutir o substitutivo do grande Deputado Rogério Marinho, que fez um trabalho excelente. Com certeza, o Brasil o está aplaudindo lá fora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.